



MUNICÍPIO DE SÁTÃO
CÂMARA MUNICIPAL

CONVITE

Assunto: Procedimento de Ajuste Direto ADG-02/2023 “Fornecimento contínuo de pellets industriais para a Piscina Municipal de Sátão”

Convida-se essa empresa a apresentar proposta para a aquisição de bens identificada em epígrafe, nos termos do disposto no art.º 115º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto e pelas alterações introduzidas pela Lei 30/2021 de 21 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro, e nas condições do presente convite.

1. Entidade adjudicante: A entidade adjudicante é a Câmara Municipal de Sátão, com sede na Praça Paulo VI, 3560-154, em Sátão, telefone 232 98 00 00, fax 232 98 20 93 e e-mail geral@cm-satao.pt.

2. Órgão que tomou a decisão de contratar: A decisão de contratar foi tomada pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sátão, Dr. Alexandre Manuel Mendonça Vaz, através de Despacho com data de 23/02/2023.

3. Tipo de contrato e critério do Ajuste Direto: trata-se de uma aquisição de bens que recai sobre o Ajuste Direto através do critério do valor.

4. Preço base: o preço base do procedimento é de 12.480,00€ (doze mil quatrocentos e oitenta euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

5. Prazo e modo de apresentação da proposta:

A proposta e todos os documentos que a constituem deverão ser submetidos através da plataforma eletrónica de compras públicas, sita em www.acingov.pt, até às 16h do 1º dia a contar da data de envio do convite.

6. Documentos que constituem a proposta:

1. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa e ser constituída pelos seguintes documentos:



MUNICÍPIO DE SÁTÃO
CÂMARA MUNICIPAL

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao Código dos Contratos Públicos e assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Documento que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenha os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, com indicação do preço unitário/tonelada e do valor global (**PROPOSTA**);
- c) Certidão permanente da empresa ou código de acesso;
- d) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para a compreensão dos atributos da proposta.

2. Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos e não incluir IVA.

3. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

7. Esclarecimentos: Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.

8. Negociação de proposta: A proposta apresentada não será objeto de negociação.

9. Prazo de validade da proposta: O prazo de validade da proposta é de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

10. Propostas variantes: Não são admitidas propostas variantes.

11. Prazo de execução do contrato: O contrato mantém-se em vigor até se esgotar a quantidade adjudicada, estando previsto um prazo estimado de 3 (três) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

12. Prestação da caução: nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 88 do CCP, não é exigível caução.

13. Documentos de habilitação:

O adjudicatário deverá apresentar os documentos de habilitação previstos no artigo 81.º do CCP, redigidos em língua portuguesa, no prazo de cinco dias úteis contados da data da notificação de adjudicação, a saber:



MUNICÍPIO DE SÁTÃO
CÂMARA MUNICIPAL

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do art.º. 55º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Comprovativo de registo no Registo de Beneficiário Efetivo.

A não apresentação dos documentos de habilitação no prazo indicado, implica, nos termos do disposto no art.º. 86º do mesmo Código, a caducidade da adjudicação.

14. Legislação aplicável:

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP e restante legislação aplicável.

O Presidente da Câmara Municipal

(Dr. Alexandre Manuel Mendonça Vaz)